



Em  Sociedade

CONTROLES DE GÊNERO: cis-heteronormatividade, masculinidade hegemônica e homofobia em articulação

Gender controls:
cis-heteronormativity, hegemonic masculinity and homophobia in articulation

Walter Aristóteles Miez¹
Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento²
Alessandro Vinicius de Paula³
Fabrcio Veliq⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa teórica de cunho qualitativo, orientada por referenciais decoloniais e estudos de gênero, com o objetivo de analisar como a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia se articulam como tecnologias de controle de gênero que incidem sobre homens gays cisgênero. Partimos da compreensão de gênero como construção social e histórica, atravessada por estruturas de poder que normatizam corpos, desejos e subjetividades. O percurso analítico-reflexivo desenvolvido envolve problematizar interseccionalmente como a cis-heteronormatividade produz convites e coerções sobre como se comportar, estabelecendo padrões de masculinidade que se relacionam diretamente com a homofobia na regulação de expressões dissidentes de gênero e sexualidade. Essas três dimensões são tratadas como uma tríade de tecnologias de controle que organiza subjetividades, reforça desigualdades e pune os desvios em relação ao ideal normativo. Para tanto, realizamos uma revisão crítica de literatura especializada, priorizando autoras e autores que investigam os efeitos da normatividade de gênero e

¹ Walter Aristóteles Oliveira Miez, Doutor, waltermiez@gmail.com

² Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Doutora, ingridfgian@gmail.com

³ Alessandro Vinicius de Paula, Doutor, avpaula@yahoo.com.br

⁴ Fabrício Veliq, Doutor, fveliq@gmail.com



da colonialidade na constituição das subjetividades masculinas. A abordagem busca desnaturalizar discursos hegemônicos, evidenciando como práticas sociais e simbólicas regulam e sancionam identidades que desafiam o modelo cis-heteronormativo. Ao contribuir com saberes contra-hegemônicos, pretendemos afirmar outras formas de existir e resistir, fortalecendo a produção de uma ciência comprometida com a emancipação e a justiça social.

Palavras-chave: masculinidade; gênero; homem; colonialidade.

Abstract

This article presents qualitative theoretical research, guided by decolonial, and gender studies frameworks, aiming to analyze how cis-heteronormativity, hegemonic masculinity, and homophobia articulate as technologies of gender control that impact cisgender gay men. We begin by understanding gender as a social and historical construct, permeated by power structures that normalize bodies, desires, and subjectivities. The analytical-reflective approach developed involves problematizing intersectionally how cis-heteronormativity produces invitations and constraints on how to behave, establishing standards of masculinity that directly relate to homophobia in the regulation of dissident expressions of gender and sexuality. These three dimensions are treated as a triad of technologies of control that organize subjectivities, reinforce inequalities, and punish deviations from the normative ideal. We conducted a critical review of specialized literature, prioritizing authors who investigate the effects of gender normativity and coloniality on the constitution of male subjectivities. This approach seeks to denaturalize hegemonic discourses, highlighting how social and symbolic practices regulate and sanction identities that challenge the cis-heteronormative model. By contributing counter-hegemonic knowledge, we aim to affirm other ways of existing and resisting, strengthening the production of a science committed to emancipation and social justice.

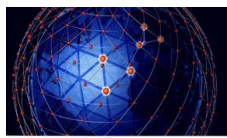
Key words: masculinity; gender; man; coloniality.

INTRODUÇÃO

A socialização de homens e seu processo de masculinização na cultura ocidental ocorre a partir de ensinamentos que atravessam gerações e que incidem sobre formas de ser, pensar e se comportar a partir de expectativas de gênero. Corpos, identidades e interações estão fundados em construções sociais a partir do ideal de homem nessa cultura (Connell & Messerschmidt, 2013).

Entendemos que existir está atravessado por um processo formativo constituído em interações sociais a partir da apreensão de códigos, símbolos e orientações sobre o gênero

(Scott, 1995). Para isso, supomos ser fundamental estarmos inseridos num sistema articulado que componha, em linhas gerais: (1) as prescrições de gênero; (2) a referência ideal



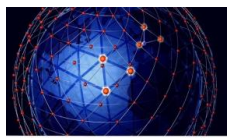
do cumprimento dessas prescrições; (3) o rastreamento e a punição para quem boicota tais prescrições. No sistema os arranjos que cumprem essas funções em homens são respectivamente: (1) a cis-heteronormatividade, (2) a masculinidade hegemônica e (3) a homofobia.

Essa articulação busca tanto garantir o controle e a submissão de sujeitos, quanto o devido mapeamento e punição de tentativas de subversão. Cumpre-se, assim, o propósito de apreensão, replicação e manutenção das prescrições orientadoras da masculinização (Connell & Messerschmidt, 2013).

As expectativas sociais de gênero atribuídas a homens e mulheres são sustentadas por uma matriz organizadora do gênero chamada cis-heteronormatividade. Essa é uma referência orientadora que, apoiada no sistema sexo-gênero, prescreve formas ideais de homens existirem conforme o que é entendido como masculino e de mulheres existirem conforme o que é entendido como feminino (Louro, 2000; Scott, 1995).

O sistema sexo-gênero propõe uma falsa naturalização que vincula o sexo biológico, a identidade de gênero e as identidades sexuais (Scott, 1995). O sexo biológico é compreendido a partir de uma generalização cromossômica de toda a população humana, nomeando como masculinos sujeitos com cromossomos XY e femininos sujeitos com cromossomos XX. Já as identidades de gênero vão ser organizadas em duas categorias: cisgênero (sujeitos que se reconhecem com o sexo designado pela biologia) e transgênero (sujeitos que não se reconhecem com o sexo designado pela biologia) (Jesus, 2012).

Já no campo das identidades sexuais algumas apresentam-se mais marcadamente pela conexão primariamente definida pelo sexo, já outras pelo estilo. Das conexões definidas pelo sexo, temos: pessoas bissexuais (aquelas com interesse afetivo-sexual por pessoas de ambos os sexos); pessoas heterossexuais (aquelas com interesse afetivo-sexual por pessoas do sexo oposto); pessoas homossexuais (aquelas com interesse afetivo-sexual por pessoas do mesmo sexo); e pessoas pansexuais (aquelas com interesse afetivo-sexual independente do sexo). Das conexões definidas pelo seu estilo, temos: pessoas assexuais (aquelas com atração não vinculada à prática sexual, mas com afetividade direcionável ao mesmo sexo e/ou sexo oposto); pessoas demissexuais (aquelas com atração marcada por uma conexão emocional direcionável ao mesmo sexo e/ou sexo oposto) (Jesus, 2012; Teixeira, 2003; Vergueiro, 2015).



A partir do emparelhamento das dimensões gênero e sexualidade, é simulada uma coerência entre o natural e o social dando forma e legitimando inúmeras práticas socioculturais. Uma das prescrições cis-heteronormativas é que pessoas nascidas do sexo masculino são, por óbvio, homens e tem interesse sexual por mulheres, bem como pessoas nascidas do sexo feminino são, por óbvio, mulheres e tem interesse sexual por homens (Louro, 2000; Scott, 1995).

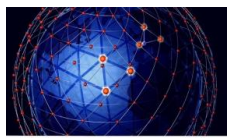
A cis-heteronormatividade, ao mesmo tempo em que propõe uma organização social para entendermos o que são homens e mulheres, faz com que essa ficção, sob a qual somos socializados, seja reiterada em nossas interações apagando o fato de que não há nada natural nela (Louro, 2000; Scott, 1995).

Essas prescrições partilhadas em interações sociais se repetem inúmeras vezes, a ponto de serem esquecidas como construção social, alimentando a farsa de serem manifestação genuína da natureza humana. Assim, essas orientações fictícias sobre modos de vivenciar gênero, sexualidade, desejo, identidades, corpos, vão nomear algumas formas como “normais” de existir e outras como “anormais” e subversivas (Butler, 2003; Louro, 2000; Pereira & Brito, 2018; Scott, 1995; Toneli & Becker, 2010).

Como nos conta Preciado (2019), mesmo as diretrizes generificadas sobre o uso dos banheiros são uma forma de reafirmação de lógicas cis-heteronormativas:

Não vamos aos banheiros para evacuar, mas sim para fazer nossas necessidades de gênero. Não vamos para mijar, mas sim para reafirmar os códigos da masculinidade e da feminilidade no espaço público. Por isso, escapar do regime de gênero dos banheiros públicos é desafiar a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária nos impõe desde pelo menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de pé/sentado, ocupado/livre... Uma arquitetura que fabrica os gêneros enquanto, sob o pretexto da higiene pública, diz se ocupar simplesmente da gestão de nossos lixos orgânicos. LIXO > GÊNERO. Infalível economia produtiva que transforma o lixo em gênero. Não nos enganemos: na máquina-capital-heterossexual não se desperdiça nada. Ao contrário, cada momento de expulsão de um dejetos orgânico serve como ocasião para reproduzir o gênero. As inofensivas máquinas que comem nossa merda são em realidade normativas próteses de gênero (Preciado, 2019, p. 3).

Dentro dessa matriz cis-heteronormativa, a masculinidade hegemônica apesar de ser um ideal inalcançável é orientadora do processo de masculinização. A masculinização se empenha em garantir a apreensão e a partilha de seus símbolos já durante a gravidez, logo que é identificado um sujeito com pênis, intencionando que esse, de pronto, seja considerado e inserido na cultura como um homem heterossexual (Oliveira, 2018).



A masculinidade hegemônica funciona como uma imagem símbolo da cis-heteronormatividade apresentando o masculino ideal como referência que deve orientar precocemente a socialização de todos os sujeitos nascidos (ou tornados) homens. Ela se promove prometendo garantir um lugar de privilégio, controle e dominação àqueles reconhecidos como homens, ao mesmo tempo em que exige que a subjetividade desses sujeitos se construa de forma fiel a esquema cis-heteronormativo (Connell & Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019).

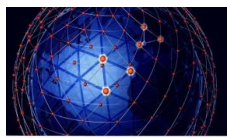
Apesar das características próprias dentro de cada microcultura, em termos gerais, referenciar-se a partir de prescrições da masculinidade hegemônica demanda: (1) a construção de uma rigidez de corpo e conduta exercitando uma defesa constante da própria masculinidade; (2) a desqualificação de elementos entendidos como femininos; (3) o medo do rompimento com as expectativas de gênero para o homem ideal; (4) a valorização de uma noção de masculinidade estereotipada, especialmente em espaços públicos (Connell & Messerschmidt, 2013; Lattanzio, 2011; Rodriguez, 2019; Silva, 2000; Trindade & Nascimento, 2004).

Essas prescrições masculinizadoras impedem modos mais livres e saudáveis de se pensar e exercer as possibilidades de “ser homem”. Masculinizar-se a partir de um ideal estereotipado e distante do alcançável é, portanto, passível de sofrimento psíquico (Lattanzio, 2011; Minayo, 2005; Silva, 2000; Trindade & Nascimento, 2004).

Não bastando a masculinidade hegemônica parecer uma orientação identitária custosa, existem punições direcionadas a sujeitos que ousam romper com esse ideal. Referenciada na cis-heteronormatividade e intencionando proteger a masculinidade hegemônica, a homofobia é acionada como recurso orientador de rechaço ao feminino em homens (Connell & Messerschmidt, 2013; Trindade & Nascimento, 2004; Rodriguez, 2019).

A homofobia denuncia e zomba de características associadas ao feminino em homens e destaca e premia a soberania de alguém dotado de uma performance compreendida como hegemônica (o/a homofóbico/a) em relação àquele que tem sua masculinidade desqualificada e diminuída (Connell & Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019; Trindade & Nascimento, 2004).

A socialização masculinizadora desqualifica a vivência de experiências outras para além do que a masculinidade hegemônica legitima e possibilita para homens; ela prevê a punição e subalterniza homens que descumprem o esperado para o ideal de masculino; e propõe que a violência e o sofrimento são fundamentais para a preservação do privilégio de homens



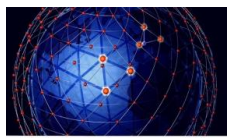
heterossexuais e do controle e submissão alicerçados na cis-heteronormatividade (Cadilhe, 2022; Connell & Messerschmidt, 2013; Mazzaro, 2020, 2022; Oliveira, 2018; Rodriguez, 2019; Silva, 2000; Toneli & Becker, 2010; Trindade & Nascimento, 2004).

Em suma, entendemos que a masculinização de homens está arraigada em um sistema cis-heteronormativo que busca naturalizar uma coerência aparente entre sexo, gênero e desejo, funcionando como um dispositivo regulador das condutas. Nesse processo, a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia operam como tecnologias sociais que orientam, controlam e disciplinam o que se entende por “ser homem” na cultura ocidental, delimitando quais expressões são reconhecidas e quais devem ser excluídas ou punidas.

Diante disso, a Psicologia Social se mostra um campo relevante para compreender como tais normas produzem subjetividades e impactam a vida dos sujeitos, especialmente quando geram sofrimento, subalternização e inferiorização (Camino & Ismael, 2004). Ao articular esses referenciais, este trabalho se propõe a tensionar essas estruturas normativas e contribuir para a construção de modos de emancipação, bem como para a promoção de direitos e cidadania. Produções científicas pautadas nessa modalidade de debate são fundamentais para legitimar outras possibilidades de existência para além dos limites impostos pela masculinidade hegemônica.

Este artigo configura-se como uma pesquisa teórica de cunho qualitativo, orientada por referenciais críticos provenientes de produções de matriz dos estudos de gênero e teorias decoloniais. Adota-se a compreensão de gênero como uma construção social e histórica, atravessada por estruturas de poder que normatizam corpos, desejos e subjetividades. A metodologia empregada tem caráter analítico-reflexivo, com foco na observância interseccional da articulação entre cis-heteronormatividade, masculinidade hegemônica e homofobia, compreendidas como tecnologias de controle que operam sobre identidades dissidentes, especialmente homens gays.

Desenvolvemos a análise a partir da revisão crítica de literatura especializada, priorizando autoras e autores que investigam os efeitos da normatividade de gênero e da colonialidade na constituição das subjetividades masculinas. Essa abordagem teórica visa desnaturalizar os discursos dominantes sobre masculinidade, problematizando os modos pelos quais práticas sociais e simbólicas regulam e punem expressões que escapam ao ideal cis-



heteronormativo, contribuindo para a construção de saberes contra-hegemônicos. Objetivamos aqui identificar como a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia se articulam enquanto tecnologia para efeitos sobre o controle de gênero em homens gays cisgênero.

2 CIS-HETERONORMATIVIDADE: CONVITES E COERÇÕES SOBRE COMO SE COMPORTAR

Scott (1995) nos conta que o conceito de gênero surgiu para se contrapor à ideia de que o ser humano é resultado de uma essência natural, universal e imutável determinada por duas distintas dimensões: o masculino e o feminino.

Os estudos de gênero problematizam a concepção deste como natureza. Eles acenam que as dimensões do masculino e do feminino se baseiam na percepção da diferença entre os sexos construída socialmente. Essas se dão dentro de contextos históricos, atravessados por signos da linguagem. Tais signos são replicados por elementos constitutivos de determinados grupos, como vestimentas, funções sociais ou posição de poder (Butler, 2003; Perucchi, 2009; Scott, 1995).

Para Butler (2003), nossa socialização se dá em um modelo que normatiza as ações, orientando modos de existir e regulando condutas e costumes. A norma demarca, assim, critérios para garantir a diferenciação entre quem está dentro e quem está fora dela.

Segundo a autora (2003), existe uma relação direta entre a norma, a formação e orientação das ações, promovendo convites e coerções sociais. A norma é paradoxal à medida que funciona tanto para o reconhecimento e construção de laços sociais como para a exclusão de existências que não correspondem a determinadas regras, princípios e padrões compartilhados socialmente. A norma apresenta-se em um modelo criado a partir da compreensão social de determinado fenômeno, e este modelo se sustenta por um discurso que o coloca em posição de hegemonia em relação aos demais.

Antes de Butler (2003), Scott (1995) havia proposto que na cultura ocidental há uma estrutura nomeada matriz binária heterossexual de gênero. Essa matriz é baseada nas diferenças percebidas entre os sexos, ensinando a organizar a socialização a partir de dicotomias forjadas como naturais, tais como: masculino/feminino; ativo/passivo; mente/corpo; razão/emoção; público/privado.

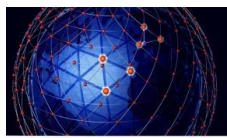


Butler (2003) expande a ideia de matriz sexo-gênero proposta por Scott (1995), sinalizando que o gênero está para além de um projeto construído socialmente, a matriz se organiza numa estrutura normatizada. Sujeitos são convidados e coagidos a se orientar por determinados moldes, passando, então, a perceber o mundo e organizar seu pensamento, identidade e interações a partir de tal estruturação. Segundo ela, gênero é uma performance a partir da qual repetimos atos orientados pela cis-heteronormatividade, disfarçando o aspecto de construção, mas aparentando a natureza do ser.

A cis-heteronormatividade ganha forma à medida que alimentamos a dualidade de signos como: masculino/feminino, homem/mulher, cisgeneridade/transgeneridade, heterossexualidade/homossexualidade; normal/abjeto. Para a autora (2003), para além de uma construção social, o gênero é uma ficção que se coloca discursivamente, organizando e regulando modos de ser. É a partir dessa suposta e naturalizada diferenciação que o gênero serve a um gerenciamento social, demarcando que sujeitos estão dentro ou fora do cumprimento das prescrições orientadas. A dicotomia serve para estabelecer lugares sociais pautados numa ideia de masculino e feminino, determinando não apenas uma diferenciação, mas uma ordenação social.

Não é possível falar no gênero como dimensão para o gerenciamento de poder sem falar em patriarcado. Vivemos e nos ordenamos a partir de uma estrutura de sociedade patriarcal, ou seja, organizada e liderada por e para o protagonismo e poderio masculino. Sustentada em lógicas cis-heteronormativas, o patriarcado propõe uma estrutura de sociedade na qual os homens ocupem espaços públicos e de controle de instituições, enquanto às mulheres é designado o espaço privado, doméstico e de cuidado familiar. A partir dessas prescrições passamos a associar e naturalizar que a masculinidade está ligada a dominância, poder, virilidade e racionalidade, e a feminilidade a subordinação, emoção e afeto. Posta essa dicotomia, ao homem ideal é vetado qualquer característica que seja atribuída à feminilidade (Saffioti, 2004; Silva, 2014).

Para Butler (2003) o patriarcado não se apresenta como uma estrutura estanque e universal, pelo contrário, ele é resultado histórico da fabricação de normas que organizam e regulam as relações de poder. A forma como aprendemos a ser homens e mulheres na cultura ocidental é, portanto, uma invenção histórica, monitorada e treinada desde a infância, de modo a produzir sujeitos alinhados às expectativas sociais. Butler (2003) entende o gênero como



performativo, ou seja, como um conjunto de atos repetidos que consolidam e naturalizam a sensação de identidade. Nesse sentido, as hierarquias, os controles e as violências de gênero não são naturais, mas produtos da repetição e reorganização dos modos de encenar essas normas.

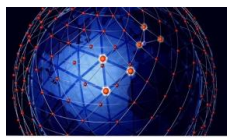
O gênero é feito e refeito em nossas interações sociais levando em conta os grupos nos quais estamos inseridos, os lugares sociais que ocupamos e os elementos que são valorados. Contudo, ainda que exercitemos algo de inventivo e cênico nessas interações, seguimos orientados por parâmetros gerais no que diz respeito ao que é ser homem ou mulher na cultura ocidental. Ideais de masculinidade e feminilidade, ainda que possam ser flexibilizados e vividos de maneiras diferentes a depender de cada microcultura, são construídos tomando por base produtos estanques ancorados em prescrições cis-heteronormativas.

Entendemos que o binarismo masculino/feminino limita a multiplicidade possível no espectro do gênero e das possibilidades do existir. Inclusive, o gênero deve ser pensado a partir do seu caráter interseccional, levando em consideração que esse é atravessado por outras dimensões como sexualidade, classe e raça. Essas promovem existências particularizadas, bem como simbolizações e apropriações do mundo de maneiras muito específicas (Louro, 2000; Oliveira, 2018; Santos, Carvalho, Amaral, Borges & Mayorga, 2016; Scott, 1995).

Contudo, à medida que sujeitos de alguma forma não correspondem às expectativas sociais para o gênero, constrangimentos e punições são mobilizados de modo a sinalizar o potencial ofensivo dessa ruptura. Dissidências na dimensão do gênero historicamente foram nomeadas como crime, pecado ou doença e diversas estruturas organizadoras do nosso pacto social se ofenderam e posicionaram em defensiva, tais como: o Estado, a Igreja e a Ciência (Louro, 2000; Oliveira, 2018; Santos, Carvalho, Amaral, Borges & Mayorga, 2016; Scott, 1995).

Dessa forma, como veremos a frente, ser homem na cultura ocidental está atravessado não apenas por prescrições cis-heteronormativas, mas por duas ferramentas igualmente importantes para normatizar o gênero: a masculinidade hegemônica (como modelo idealizado e orientador do masculino); e a homofobia (como recurso de vigilância e denúncia do feminino na conduta de homens).

3 O IDEAL DE MASCULINIDADE

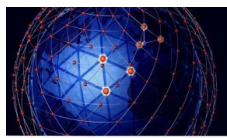


As expectativas de gênero atribuídas aos homens, como atividade, engenhosidade, racionalidade e dominação são sustentadas pela cis-heteronormatividade. Essa lógica não só valida uma série de violências, como dá forma e legitima inúmeras práticas socioculturais de fim regulatório, como o processo de masculinização e heterossexualização de sujeitos do sexo masculino. Essa trama visa garantir que sujeitos nomeados como pertencentes ao sexo masculino sejam socializados de modo a apreender e partilhar símbolos que compõem a masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013; Rodriguez, 2019; Scott, 1995; Toneli & Becker, 2010).

Entendemos como masculinidade hegemônica um ideal inalcançável de masculinidade que orienta o modo de homens se comportarem visando garantir lugares de privilégio, acesso, controle e dominação àqueles percebidos socialmente como machos. Ao mesmo tempo, é exigido desses sujeitos que sua subjetividade se construa de forma rígida, marcada por uma defesa constante da masculinidade, pelo medo do rompimento com os papéis de gênero, pela valorização de uma noção de masculinidade estereotipada, impedindo, assim, modos mais livres de exercê-la (Connell & Messerschmidt, 2013; Lattanzio, 2011; Nascimento & Gianordoli-Nascimento, 2012; Oliveira, 2018; Rodriguez, 2019; Rosostolato, 2019; Silva, 2000; Trindade & Nascimento, 2004).

Desde o momento da descoberta do sexo do bebê, são depositadas expectativas sociais sobre meninos e meninas ensinando-os a se comportarem dentro de uma lógica normativa e patriarcal na qual o homem deve ocupar o lugar de atividade, racionalidade e dominação, enquanto a mulher deve ocupar o lugar da passividade, da sensibilidade e do cuidado (Nascimento & Gianordoli-Nascimento, 2012; Rosostolato, 2019).

Como propõe Nascimento e Gianordoli-Nascimento (2012), a norma social do gênero faz uma série de demarcações a fim de delimitar espaços masculinos e femininos e corroborar a apreensão das expectativas sociais que se tem para cada gênero: homens trabalham fora, ganham dinheiro, sustentam e são chefes de família, enquanto mulheres cuidam do lar, das tarefas domésticas e da educação dos filhos e filhas. Assim, serão tidas como “coisa de menino”, brincadeiras, esportes e ocupações que incentivem a agressividade, a atividade, a dominação, o raciocínio lógico, as engenharias, bem como a conquista do espaço público. Em contrapartida, serão tidas como “coisa de menina” aquelas que incentivem a docilidade, a



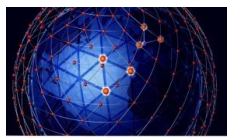
sensibilidade, o cuidado, e a maternagem, já que lhe é delegada o espaço privado. Para além dessas estratégias funcionais de delegação de papéis existem outras como demarcação de cores, roupas (inclusive a possibilidade de utilizá-las ou não), cortes de cabelo, formas de andar e falar que irão diferenciar a estética masculina e feminina: meninos – a cor azul, a utilização de roupas menos ajustadas ao corpo, a possibilidade de não usar camiseta, o cabelo curto, o andar mais rígido, a fala forte e imponente; meninas – a cor rosa, a utilização de roupas mais ajustadas ao corpo, bem como saias e vestidos que devem ser utilizados sempre com as pernas fechadas, o cabelo mais longo, o andar suave e a fala dócil.

Em uma estrutura social patriarcal, o espaço público é socialmente organizado e destinado ao masculino, dado que é atribuído ao homem a sua conquista para a garantia do sustento da casa e o espaço privado destinado às mulheres incumbidas do cuidado doméstico e dos filhos (Saffioti, 2004).

No presente ensaio, reconhecemos e pautamos nossa análise sob o caráter interseccional que atravessa o processo de construção de identidades. Portanto, não se trata de avaliar hierarquias entre opressões, posto que violências não devem ser hierarquizadas. A interseccionalidade nos propõe pensar processos específicos atravessados por determinadas existências que os vulnerabiliza a diferentes tipos de violência. Assim, não se trata aqui de particularizar e pessoalizar vivências, mas de identificar um *locus* social que alimenta hierarquizações e dispositivos de poder (Akotirene, 2019; Mello & Gonçalves, 2012).

Estamos afinados com o conceito de interseccionalidade, pela perspectiva de Mello e Gonçalves (2012, p. 165), como “uma categoria analítica que permite a leitura do social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular de cada sujeito, em todos os contextos sociais”. Há, portanto, modos diferentes em que essas masculinidades vão se constituir por influências da microcultura dos sujeitos, dos grupos que estão inseridos, bem como das interações entre de gênero e sexualidade com categorias como classe, raça, geração. Todavia, assim como apresenta com Lattanzio (2011) e Trindade e Nascimento (2004), apesar da masculinidade não ser absoluta e linear, as suas múltiplas expressões são subsidiadas por um referencial de masculinidade hegemônica.

A forma de masculinidade predominante, tradicional, mais valorizada e idealizada em um determinado contexto cultural e histórico. Pode-se pensar que processos de socialização configuram simbologias, valores, crenças, comportamentos, atitudes e expectativas de idêntica ‘tonalidade’ que, mesmo com variações no grau de



importância, fundam os estereótipos que são parte constituinte da representação do homem de verdade na sociedade ocidental (Trindade & Nascimento, 2004, p. 146).

Em suma, ainda que haja variação entre as microculturas, desde a infância, expectativas sociais moldam comportamentos de meninos e meninas, reforçando normas patriarcais e estereótipos de gênero. A demarcação de cores, roupas e comportamentos diferenciam esteticamente os gêneros e são utilizados historicamente para estabelecer socialmente a ficção de que homens devem orientar a construção de sua identidade a partir de parâmetros estabelecidos pela cis-heteronormatividade, ideal nomeado como masculinidade hegemônica.

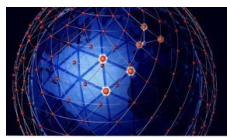
A masculinidade é adquirida de forma muito dispendiosa posta a sua fragilidade. Isso demanda que homens mantenham uma constante defesa, dado que se é adquirida, também se pode perder. Por isso, para se constituir enquanto homem é preciso rechaçar qualquer característica que aproxime o sujeito de elementos ligados à feminilidade, desde a busca por estar em vantagem quando comparado a outro masculino, como gerir os próprios afetos evitando situações de vulnerabilização (Lattanzio, 2011; Minayo, 2005; Oliveira, 2018; Silva, 2000; Trindade & Nascimento, 2004).

Inegavelmente, a violência normativa compõe a socialização nessa cultura, podendo mobilizar sofrimento psíquico em quem dela faz parte. É exigido de homens que esses se constituam sob parâmetros rígidos propostos para o gênero e seu não cumprimento os coloca numa posição subalterna diante dos demais (Minayo, 2005).

O impacto da masculinidade hegemônica na subjetividade dos homens é preocupação de políticas públicas de saúde. Lattanzio (2011) e Minayo (2005) pontuam que homens são estimulados a defender a própria honra e a reafirmar sua masculinidade através de estereótipos de gênero.

Minayo (2005) destaca que a masculinização ocidental coloca o homem como agente do poder, violência, dominação e guerra. A autora ressalta que situações estatisticamente associadas aos homens, como estupro, violência doméstica, homicídio e agressividade no trânsito, são enraizadas em processos que regulam a masculinização, baseados na masculinidade hegemônica.

A pressão para atender às expectativas de um padrão masculino, sem fraquezas e resistente às emoções, tende a colocar os homens em uma posição de rigidez e defesa constante de sua identidade de homem.



Conforme Minayo (2005), as políticas públicas reconhecem os homens como um grupo vulnerável à violência, evidenciado pelos dados relacionados à população de rua, pela predominância masculina entre infratores, pelas estatísticas de mortalidade e morbidade devido a acidentes, homicídios e pela suscetibilidade ao uso de drogas e ao suicídio. Assim, é crucial compreender os atravessamentos políticos que constroem o masculino em nossa cultura, considerando as especificidades de ser homem para a construção de intervenções coletivas.

A masculinização orienta a construção identitária de homens a partir de elementos tão rígidos e violentos que não apenas desestimulam outras masculinidades possíveis como podem promover sofrimento psíquico. Esse ideal normativo fundamenta-se, sobretudo, na negação de traços socialmente associados ao feminino, produzindo e sustentando um fenômeno que conhecemos como homofobia.

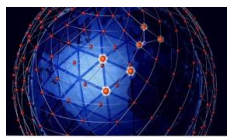
4 A HOMOFOBIA EM CENA

Desde muito jovens, homens são socializados tendo por base protocolos que os convidam e coagem à incorporação de signos e de comportamentos compreendidos como masculinos, a isso chamamos masculinização.

Contudo, faz parte do processo de masculinização violentar meninos que se afastam da expectativa social para masculinidade e denunciar características femininas em sujeitos que supostamente deveriam performar apenas características masculinas, a isso chamamos homofobia.

Han (2018) nos conta que o sistema é capaz de produzir controle a partir da tirania e da violência explícita, mas também capaz de produzir domínio psicológico fazendo com que sujeitos interiorizem normatizações que lhe atacam e incitam o auto-ódio.

A hegemonia do padrão heterossexual foi historicamente construída baseando-se nas posições subalternas às quais foram submetidas sexualidades que representavam uma quebra com a cis-heteronormatividade, as chamadas sexualidades dissidentes. Essa dissidência associa elementos de feminilidade a uma posição inferior e menor. A cis-heteronormatividade usa da misoginia para reafirmar que para além da soberania do masculino sobre o feminino, há a soberania do heterossexual sobre o não heterossexual. A partir da normalização do modelo heterossexual, esse é legitimado, colocando numa posição de anormalidade qualquer outro existente (Prado & Machado, 2008).



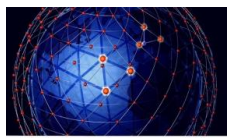
Instituições como Estado, Igreja e Ciência mobilizaram ao longo da história seu poderio para desqualificar as homossexualidades nomeando-as como crime, pecado ou doença. Tais ataques foram fundamentais para que instituições se organizassem para punir, domesticar, doutrinar, curar, controlar ou apartar da sociedade essas existências (Prado & Machado, 2008). As cadeias, os quartéis, as escolas internas, os seminários, os mosteiros, as colônias, os hospitais psiquiátricos foram espaços que acolheram muitos dissidentes do gênero.

Borrillo (2001, p. 36, tradução nossa) cunha o conceito de homofobia como: “a hostilidade geral, psicológica e social direcionada a aqueles e aquelas que se supõem que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou têm práticas sexuais com eles”.

Já Lotti (2022) conceitua a homofobia como uma espécie de racismo social que ancora na orientação sexual, real ou presumida, a discriminação e a violência física e/ou moral. Ou seja, esse tipo de violência se arranja independente da vítima reconhecer-se como não heterossexual. Isso cabe ao agressor que pode ser homofóbico ao presumir a não heterossexualidade a partir, especialmente, do uso de estereótipos para reconhecimento e sinalização desses sujeitos. Outro ponto interessante é o reconhecimento que a homofobia é uma violência operada de maneiras explícitas, mas também sutis, por meio de ações concretas ou simbólicas.

A diferenciação, hierarquização e valorização da orientação heterossexual em detrimento da homossexual nos leva a observar dois pontos: (1) para fins de enaltecimento da heterossexualidade, os outros arranjos possíveis são acoplados à categoria não heterossexual – isso reafirma a soberania da primeira sobre quaisquer outras que se quer precisam ser nomeadas; (2) a homofobia tem no reconhecimento social a capacidade de compilar formas mais específicas de violência como a gayfobia, a bifobia e a lesbofobia, esses que têm arranjos próprios para acontecer e para incidir em seus alvos (Borrillo, 2001; Lotti, 2020).

Ao serem nomeados socialmente pelos pares como “veadinhos”, “bichinhas”, “mariquinhas”, etc., sujeitos que não buscam performar a masculinidade hegemônica são sinalizados como não cumpridores do projeto masculinizatório. Esse projeto propõe que para ser homem é necessário defender e performar características atribuídas à masculinidade, inibir comportamentos supostamente femininos e reafirmar em suas relações a masculinidade hegemônica como único ideal orientador possível (Trindade & Nascimento, 2004, p. 146).



É importante lembrar que o intuito da homofobia não é necessariamente falar do desejo afetivo-sexual desses sujeitos e sim, desqualificar seus comportamentos supostamente femininos e constrangê-los como traidores de gênero. A homofobia retroalimenta tanto a matriz de gênero cis-heteronormativa, quanto a masculinidade hegemônica. A homofobia reafirma a soberania de um ideal de masculino, inibe situações que questionem o privilégio de homens, alimenta a ideia de naturalidade de características esperadas a partir do gênero e fortalece a aliança hegemônica (Lattanzio, 2011; Oliveira, 2018; Silva, 2000).

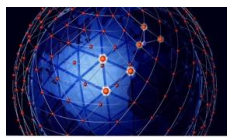
O ódio e repulsa ao feminino e o enaltecimento ao masculino nos apontam como a masculinização orienta homens a subalternizarem outros, nomeando-os como não homens ao mesmo tempo em que os estimula à competitividade entre esses para que sobressaia o mais viril. Contudo, ainda que haja disputas nas tratativas pessoais entre homens, enquanto grupo segue estabelecida a aliança pela preservação de seus privilégios. Esse pacto nos sinaliza a potência da afeição ao masculino e da conexão entre homens.

A misoginia, o culto à masculinidade ideal e a aliança hegemônica nos sinalizam que a masculinidade hegemônica constrói homens que amam homens e tudo o que se conecta ao universo masculino, desde que isso não descaracterize sua virilidade.

A desqualificação e objetificação da figura feminina mostram o quanto homens buscam em recorrência compor coletivos masculinos. Na pesquisa sobre grupos de práticas de jiu-jitsu, Oliveira, Myskiw e Silveira (2020) nos contam que nesses espaços homens enaltecem características e signos masculinistas e engrandecem sua autoimagem ao aproximar-se de elementos da masculinidade ideal.

Nessa lógica, a severidade do processo de masculinização incide sobre homens independentemente de serem mais ou menos alinhados aos ideais de masculinidade hegemônicos. Contudo, existem punições sociais fundamentadas na homofobia para homens que transgridam as prescrições cis-heteronormativas (Trindade & Nascimento, 2004).

Essas punições tem o intuito de desestimular que homens se desloquem do lugar social atribuído ao masculino e castigar os que o fazem. Não se orientar pelo ideal de masculinidade é, não apenas, romper com orientações cis-heteronormativas, mas com um pacto coletivo entre homens para a manutenção do lugar de privilégio e da soberania masculina, nomeada aliança hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013; Lattanzio, 2011; Rodriguez, 2019; Trindade & Nascimento, 2004).



Cabe lembrar que o projeto de masculinização de homens a partir desses signos se dá pela imposição da cultura eurocêntrica e patriarcal. Essa ao se sobrepor e apagar outros arranjos culturais possíveis, nega e ignora modos diferentes de organizar a sociedade.

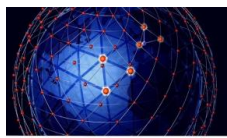
A homofobia é um recurso de masculinização estruturada na socialização de homens, inclusive homens gays. Bayodun (2020) em sua pesquisa sobre aplicativos de encontros gays debate sobre a efemiofobia e a replicação de ideais hegemônicos de masculinidade mesmo na relação entre homens gays. O pesquisador (2020) sinaliza que essas interações repetem padrões sociais e culturais, enaltecendo a supremacia do "macho discreto" e reiterando hierarquias baseadas em sexo, gênero, orientação afetivo-sexual, classe social, idade e raça.

Segundo Baydoun (2020), mesmo entre homens gays existem mecanismos de exclusão e normatividades desqualificando homens efeminados ou que não se enquadram nos padrões hegemônicos de masculinidade. Desse modo, mesmo em grupos minoritários existem subalternizações enobrecendo corpos brancos, fortes, viris, machos, em detrimento dos demais.

Contudo, o autor (2020) questiona a unilateralidade na percepção desse poder, considerando manobras que contornam tais normatizações e apontando modos estratégicos como efeminados encontram de se organizar, agrupar, enaltecer e enfrentar a discriminação. Dentro desses coletivos a viadagem, a fechação e a afeminação são elementos enobrecidos e pelos grupos, sujeitos alimentam a autoimagem e estabelecem pertencimento e valorização identitária.

Apesar de já haver literaturas consensualmente estabelecidas sobre debates de gênero e sexualidade, Baydoun (2020) nos convoca a não abandonar uma perspectiva crítica e localizada e nomeia "estudos viados" a torção e reinterpretação dos debates em articulação a vivências e fenômenos que atravessam minorias dentro de minorias. Para ele, assim acessamos contradições e ambiguidades que permeiam as masculinidades contemporâneas hegemônicas, problematizando, desnaturalizando e questionando os modelos de masculinidade, ao passo em que se constrói a contra-hegemonia.

A introjeção é o mecanismo pelo qual sujeitos absorvem modos de agir e pensar que não são intrinsecamente seus. A falta de autocrítica durante esse processo resulta na dificuldade de distinguir seus verdadeiros sentimentos do que os outros desejam que eles sintam. A introjeção pode trazer prejuízos subjetivos quando se absorve normativas desalinhadas ao que



se sente. Isso mobiliza que, muitas vezes, os sujeitos não se sintam confortáveis em expressar seus sentimentos, sintam culpa ou aceitem ser merecedores de punição (Antunes, 2017).

Alimentada pela cis-heteronormatividade, a internalização de ideias como a misoginia, o patriarcado, o machismo, a masculinidade hegemônica e a heterossexualidade compulsória criam o contexto para a homofobia internalizada ser um braço para a aniquilação de existências gays (Antunes, 2017).

Han (2018) nos conta que assim como o sistema se organiza para exercer sua autoridade e controlar quem diverge de suas prescrições, sua hostilidade também gera tensões entre grupos. O autor sinaliza que existem modos menos coercitivos de exercitar o controle, a partir da manipulação da linguagem. Dessa forma, a opressão é camuflada a partir de uma atuação que se dá não apenas na regulação direta do corpo, mas também no pensamento e na consciência.

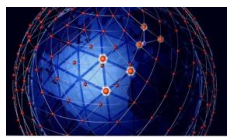
Segundo o autor (2018), o neoliberalismo como doutrina econômica e política defenderá a mínima intervenção do Estado na economia, priorizando o livre mercado e o mérito e a responsabilização individual. Tal projeto desloca a atenção do Estado como agente para a promoção da justiça social e a centraliza no capital. Ideais de alcance de oportunidades e sucesso a partir do mérito próprio ganham cada vez mais força e transferem para o sujeito a incumbência de conquistar uma vida digna.

Tanto o neoliberalismo como a cis-heteronormatividade se valem de recursos sofisticados de sedução e incorporação desses discursos pelos sujeitos a partir do seu domínio da linguagem. Com isso se atenua a polarização de debates, fazendo com que sujeitos absorvam suas orientações e construam sua subjetividade a partir delas.

Baseado no ideal de masculinidade, a homofobia é muitas vezes interiorizada descaracterizando a incorporação da violência normativa. Ao misturar-se à própria percepção que o sujeito tem do mundo, identidades são construídas de modo menos autêntico e mais prescritivo.

Em linhas gerais, homens que se afastam do ideal regulatório, tal como homens gays cisgênero, estão sujeitos a violências homofóbicas a partir das estigmatizações, marginalizações, invisibilizações e assujeições, importantes para diferenciar quem cabe ou não no padrão cis-heteronormativo.

Para diferenciar sujeitos que performam ou não a masculinidade ideal, homens e mulheres usam de recursos homofóbicos para destacar e caricaturar características ligadas ao



feminino presente nesses supostos traidores do gênero. Essas intimidações frequentemente se dão de maneira covarde posto que o encorajamento à prática da violência se dá, além de estarem alicerçados numa ideia de cis-heteronormatividade, pelos homofóbicos comumente agirem em bando. Assim, além da função constrangedora, a violência homofóbica tem um caráter pedagógico ensinando a homens que essa violência é o destino de desertores do ideal masculino (Borrillo, 2001; Lotti, 2020; Trindade & Nascimento, 2004).

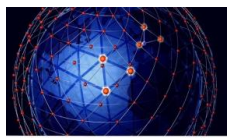
Outro elemento importante é a compreensão de que a homofobia faz parte do processo de socialização e disputa de soberania entre homens (Borrillo, 2001; Lotti, 2020; Oliveira, Myskiw & Silveira, 2020; Trindade & Nascimento, 2004). Sinalizar elementos femininos em homens, mesmo que estes tentem performar uma masculinidade padrão, é um recurso de diminuição da masculinidade do outro para sobressair e enaltecer a sua própria. Supostamente, quanto mais homofóbico, mais fortemente o feminino é rechaçado e afastado dessa identidade macho que o sujeito performa.

5 TECNOLOGIAS DE CONTROLE DE GÊNERO

Foucault (1988) em *A Vontade de Saber* já anunciava a duplicidade das relações de força e poder. O autor se deslocava do entendimento de dispositivos, percebidos com função punitiva, e entendia a partir da discussão de tecnologia do sexo que essa é uma teia mais ampla e complexa com mecanismos, táticas e estratégias envolvendo saberes, relações de poder e técnicas disciplinares. Para além do aspecto disciplinar, o filósofo reconhecia um aspecto produtivo nessas interações, assinalando, portanto, uma dimensão positiva.

No texto *Tecnologias de Si*, Foucault (2004) aponta a dimensão dupla entre o proibir e o estímulo para agir, trazendo mais uma vez como as forças antagônicas se cooperam. Como já vimos, Butler (2003), que é grande leitora de Foucault, conceitua norma a partir também de uma ideia dual na qual a mesma que castra, regula, e conforma corpos e modos de ser, ampara o sujeito ao organizar socialmente e estabelecer critérios para avaliar o que é bem/mal, certo/errado, normal/abjeto, etc. Assim, reconhecemos que estruturas de poder são complexas e têm a função de regulação, normatização, ordenação e sustentação social.

Em sociedades patriarcais a masculinização demanda recursos para manejar o controle de gênero e sexualidade. Para esse propósito é necessário que a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia estejam em forte articulação.



Toda tecnologia que visa um produto demanda determinado aporte de saber e uma engenharia que possibilite sua aplicação, como por exemplo, corpos devidamente masculinizados dentro de um ideal.

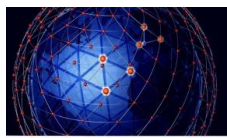
Entendidos, a partir de Foucault (2004), que tecnologia é um conjunto sincrônico de técnicas e métodos que tem um caráter operacional e instrumental de gerenciamento de poder; sugerimos, então, que a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia sejam entendidas como tecnologias de controle de gênero. As três tecnologias articuladas estabelecem regras para existir, parâmetro a ser seguido e a punição prevista para quem não as cumpra.

Para Foucault (2004), dificilmente as tecnologias operam separadamente. Em geral, estão associadas a modos específicos de dominação e propõem a seu modo treinamentos e modificação dos sujeitos para a aquisição de habilidades e atitudes. Essas podem ser organizadas em quatro grupos de tecnologias com modos próprios de operação:

(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (Foucault, 2004, p. 323).

Han (2018) amplia a discussão mobilizada por Foucault (2004) para pensarmos biopolítica. O autor (2018) denuncia não apenas o controle sobre a vida, mas também o controle psíquico que do sistema capitalista agencia a partir da manipulação da linguagem.

O sistema capitalista como modelo de mercado propõe que os meios de produção sejam privados. Assim, os donos desses meios contratam prestadores de serviço que vão produzir bens e serviços a serem comercializados no mercado e, posteriormente, serão remunerados por meio de salários. Para Han (2018), a trama do sistema capitalista está para além de lucro nas mãos dos donos do meio de produção, acúmulo de capital e consequentes desigualdades socioeconômicas. Segundo o autor (2018) atualmente vivemos um cenário de autoexploração, no qual indivíduos são seduzidos e pressionados pela ideia de empreender, performar, produzir e se superar constantemente. Diferentemente de formas anteriores de exploração, baseadas na



repressão externa, o capitalismo contemporâneo opera na dominação subjetiva, levando os sujeitos a explorarem a si mesmos na busca pela fictícia ascensão socioeconômica.

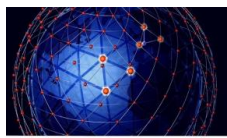
Esse processo de dominação ora explícita ora sutil se assemelha aos efeitos da colonialidade nas existências do Sul Global. A hierarquização entre culturas e nações sustentou um projeto de racialização e controle da vida e da morte dos povos que operam mesmo após o fim das práticas coloniais ocorridas nos últimos séculos. O efeito e continuidade dessa lógica de dominações objetivas e subjetivas chamamos de colonialidade. É nesse contexto que seguem se definindo quais sujeitos possuem relevância histórica, quem representa a modernidade soberana e com base em quais critérios se estruturam os valores sociais do certo e do errado, do bem e do mal, como aqueles impostos pela cis-heteronormatividade (Quijano, 2007).

Refletindo sobre os efeitos do sistema capitalista e da colonialidade, entendemos que o sistema não manipula apenas o corpo biológico, mas também pensamentos, subjetividades e modos de constituir a existência.

Em consonância com Han (2018), sobre a gestão e a precarização da vida, Butler (2018) nos aponta que assim como a norma depende da existência do objeto para se constituir no mundo, o reconhecimento da vida como viva depende de uma intelegibilidade que permita ao sujeito existir em sua constituição. Segundo a autora (2018, p. 22) “uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida”.

Sustentados no patriarcado, a generificação do trabalho, a distribuição das tarefas e funções sociais, todos esses elementos retomam o quanto as dinâmicas de gênero historicamente estão ligadas ao modo operante de gerir o poder e o capital. Aprofundar-se em debates de gênero é também reconhecer os impactos sócio-políticos de fenômenos e estruturas fundadoras dele e fundadas nele (Mazzaro, 2020, 2022; Cadilhe, 2022).

O neoconservadorismo como corrente política se caracteriza pela articulação de decisões político-econômicas às pautas de defesa de valores tradicionais, do nacionalismo, da ordem social. Mesclando posturas economicamente liberais e socialmente conservadoras, essa corrente moraliza o campo dos costumes e faz-se contra pautas progressistas, especialmente ligadas a questões de gênero, sexualidade e políticas afirmativas (Gonçalves, 2023). Assim, entendemos que denunciar tecnologias que fortaleçam masculinidades predatórias, é resistir ao



neoconservadorismo. Desmontar tais estruturas é agir contra sua gestão de vida e morte a partir da aniquilação do feminino.

É importante considerar que patriarcado alimenta e se retroalimenta a partir de diferenças pautadas em gênero, classe e raça. A hierarquização segundo essas dimensões vai gerir recursos econômicos, recursos naturais, saber e poder.

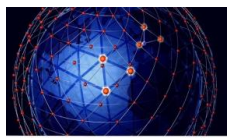
Entendemos as tecnologias, portanto, como fundamentais para o controle, a dominação, a organização e o gerenciamento de modos patriarcais de existir. Assim, numa sociedade patriarcal, para que o controle de gênero e sexualidade se dê são necessárias tecnologias que cumpram essa função. Movendo essa discussão para a observar o existir social de homens, afirmamos que: (1) alimentar um manual cis-heteronormativo para gerir masculinidades e feminilidades tem função de controle; (2) masculinizar homens cisgênero a partir do constrangimento, coação e sedução cis-heteronormativa tem função de controle; (3) garantir a sustentação da aliança hegemônica e do ideal de masculinidade a partir da homofobia tem função de controle.

Desqualificar elementos, corpos, desejos e condutas percebidas como femininas é organizar e propor formas de ser masculino nessa cultura, mas também é estabelecer a soberania de um tipo masculino. Essa hegemonia só é garantida à custa da supressão e do apagamento de outras formas de ser, pensar e se constituir, como propõe o patriarcado.

Dessa forma, seguimos legitimando desde nossa inserção na sociedade patriarcal, e retroalimentada pela colonialidade, posturas agressivas, ambiciosas, pouco diplomáticas e genocidas. Essa condução, tipicamente atribuída ao masculino, é capaz de gerir a vida e a morte de corpos, modos de ser e subjetividades pautadas na cis-heteronormatividade. Essa mesma condução dita formas de masculinizarmos meninos e homens enaltecendo sua força, astúcia, engenhosidade e vigor às custas de práticas violentas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como a cis-heteronormatividade, a masculinidade hegemônica e a homofobia atuam como uma tríade articulada de controle do gênero, funcionando respectivamente como norma, ideal orientador e dispositivo punitivo. A partir de uma perspectiva crítica e situada na Psicologia Social, entendemos que esses elementos não são



apenas fenômenos isolados, mas estruturas interdependentes com funcionamento tecnológico que regulam subjetividades e reproduzem desigualdades de forma sistemática.

A cis-heteronormatividade estabelece o quadro normativo a partir do qual se constrói a inteligibilidade dos corpos, identidades e desejos. Ao prescrever o que é considerado normal e aceitável no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, ela opera como uma matriz organizadora da masculinização e socialização dos sujeitos, naturalizando convenções que são, na verdade, socioculturalmente construídas.

A masculinidade hegemônica, por sua vez, emerge como o ideal a ser perseguido dentro desse sistema. Ainda que inalcançável, é ela quem orienta os modos de ser e agir esperados dos homens, produzindo subjetividades pautadas na rigidez, na dominação e na rejeição do feminino. O sofrimento psíquico decorrente da tentativa de adequação a esse modelo revela o custo subjetivo da conformidade com um padrão excludente e violento.

Como mecanismo de controle, a homofobia entra em cena para punir qualquer desvio das normas estabelecidas, reforçando os limites do aceitável e rechaçando performances de gênero e sexualidade que desafiem a matriz cis-heteronormativa. Assim, o sistema se retroalimenta: o ideal normativo (cisheteronormatividade), a referência modelar (masculinidade hegemônica) e a sanção (homofobia) operam como tecnologias para garantir a manutenção de uma ordem social desigual pautada em estereótipos de gênero.

Ao problematizar esses elementos buscamos não apenas denunciar os processos de subalternização que atravessam a vida de homens gays, como também anunciar possibilidades de existência que escapem às amarras desse sistema normativo. O enfrentamento das estruturas cis-heteronormativas passa pela valorização de outras formas de ser, amar e existir, abrindo espaço para práticas emancipatórias que visem o reconhecimento da diversidade e a promoção de equidade.

Por fim, reafirmamos que produzir Ciência a partir de experiências vividas e dos saberes de grupos historicamente marginalizados é uma escolha política. É através dessa prática que podemos construir novos horizontes, reposicionar nossos corpos e afetos no centro dos debates e transformar o conhecimento em ferramenta de resistência, visibilidade e libertação.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ANTUNES, Pedro Paulo. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. São Paulo: Annablume, 2017.

BAYDOUN, Mahmoud. **Não sou nem curto afeminados: reflexões viadas sobre a efeminofobia nos apps de pegação**. Salvador: Devires, 2020.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CADILHE, Alexandre. Masculinidades em performance. In: Cristiane Landufo; Doris Matos (Org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 239-244.

CAMINO, Leôncio; ISMAEL, Eliana. A Psicologia Social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In: Souza, Lídio; Araújo, Zeidi (Org.). **Violência e práticas de exclusão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 43-56.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si, 1982. Verve. **Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol**, n. 6, 2004.

GONÇALVES, Carlos Henrique Bem. O contrato de comunicação da extrema direita e as batalhas discursivas na pandemia da COVID-19. In: Raquel da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva (Org.). **Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira**. São Paulo: Devires, 2023. p. 76.ed

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em:



https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 7 jul. 2019.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOTTI, Paulo. Homofobia. In: NICOLI, Pedro; RAMOS, Marcelo; VALENTIN, Márcia (Org.). **Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade**. São Paulo: Devires, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

MAZZARO, Daniel. Sexualidades decoloniais: a latino-americanização dos estudos queer. In: SILVA, Cleidimar (Org.). **América Latina e língua espanhola: discussões decoloniais**. Campinas: Pontes, 2020. p. 289-313.

MAZZARO, Daniel. Colonialidade de gênero. Cristiane Landufo; Doris Matos (Org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 43-49.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, nov. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 20 jul. 2021.

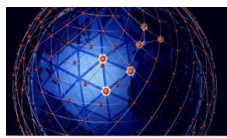
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005>.

NASCIMENTO, Adriano; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. Relações de Gênero. In: DESLANDES, Kátia; LOURENÇO, Erika. (Org.). **Por uma cultura dos Direitos Humanos na Escola: princípios, meios e fins**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 91-102.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Seguindo os passos “delicados” de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Márcio; SANTOS JÚNIOR, Paulo (Org.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 127-145.

OLIVEIRA, Mateus.; MYSKIW, Mauro; SILVEIRA, Raquel. Estudo etnográfico no lazer do jiu-jitsu ao meio-dia: uma confraria de homens e suas masculinidades. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 25-44, set./dez. 2020.

PEREIRA, Erick Giuseppe; BRITO, Leandro Teófilo. Meninos de verdade: discursos de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, Márcio; SANTOS JÚNIOR,



Paulo (Org.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 212-227.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL**, 15., 2009, Maceió. Anais. Maceió: ABRAPSO, 2009. p. 1-5.

PRADO, Marco Aurélio; MACHADO, Frederico. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRECIADO, Paul B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Trad. Davi Giordano; Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019. ISSN 2316-8102.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana; Instituto Pensar; Universidad Central; IESCO; Siglo del Hombre, 2007. p. 93-126.

RODRIGUEZ, Shay. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 276-291, 2019.

ROSOSTOLATO, Breno. Alexitimia e masculinidades: do silêncio aos processos de desconstrução. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 2, p. 55-64, 2019. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v30i2.92>.

SANTOS, Luana; CARVALHO, Ana; AMARAL, Julião; BORGES, Larissa; MAYORGA, Cláudia. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da Revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, José Remon. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. In: **REDOR**, 18., 2014, João Pessoa. Anais. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 2802-2817. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>. Acesso em: 9 jul. 2019.



SILVA, Sergio Gomes. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, n. 3, p. 8-15, 2000.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. **Territórios homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre as interações sociais nos espaços urbanos**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

TONELI, Maria Juracy; BECKER, Simone. A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler. In: **FAZENDO GÊNERO** 9, 9., 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-8.

TRINDADE, Zeidi.; NASCIMENTO, Adriano. O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica. In: SOUZA, Lídio; TRINDADE, Zeidi (Org.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 146-162.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 31 out. 2023.